

Deputado terá que explicar omissão

O ex-presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), terá que explicar no seu depoimento à CPI do Orçamento por que deixou de atender ao pedido de 65 deputados para investigar as denúncias de desvio de verbas do Orçamento da União. De acordo com o ofício encaminhado pelo deputado Delcino Tavares (PP-PR) ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), Ibsen ignorou o requerimento de 5 de dezembro de 1991 em que ele e outros colegas solicitavam que a Corregedoria da Câmara fosse acionada para apurar as acusações de que o relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado João Alves (PPR-BA), manipulava as emendas para distribuição de verbas públicas.

Delcino Tavares disse que em vez de submeter o requerimento à Mesa da Câmara, como é de praxe, Ibsen Pinheiro contentou-se com o parecer do assessor da presidência, Luiz Carlos Lopes Madeira, ocupante de cargo de confiança. “O assessor se valeu de um artifício jurídico para engavetar o requerimento”, afirmou Tavares. “Ele anexou o pedido ao de outros deputados relacionados à cassação de mandato, para dizer que o assunto era inconstitucional”. Lopes Madeira continua assessorando Ibsen Pinheiro na presidência da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

O deputado paranaense foi membro da Comissão de Orçamento de maio a outubro de 1991, quando resolveu se desligar para não continuar presenciando “a farsa dos sete anões na distribuição de recursos públicos”.